

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 033/2026  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**

**OBJETO:** Constitui-se objeto do presente edital, o **REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETO DE REORDENAMENTO SOCIAL URBANO, EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DEMANDANTES.**

**Modalidade:** Concorrência Eletrônica - Art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021.

**Critério de Julgamento: Menor Preço** - Art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

**Modo de Disputa:** Aberto - Art. 56, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global.

**Licitação com Reserva de Cotas para ME/EPP:** Não.

**Licitação com cota exclusiva:** Não.

**Ampla Participação:** Sim.

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026**

**1. PREÂMBULO**

O **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, CNPJ n. 19.493.732/0001-99, com endereço na Praça Antônio Alves da Costa, n. 300, Vila São Pedro, cidade de Araxá/MG, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Frederico Ozanan Rangel – Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG por intermédio de seu Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 006/2026, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com **Modo de Disputa Aberto**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO**, para **REGISTRO DE PREÇO**, visando a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETO DE REORDENAMENTO SOCIAL URBANO, EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DEMANDANTES**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**1.1.** O sistema eletrônico utilizado será o [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**1.2.** A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos:

<b>Data do Certame:</b>	<b>24 de junho de 2026</b>
<b>Recebimento das Propostas:</b>	<b>Início dia 24/06/2026</b>
	<b>Fim: 08h29min do dia 24/06/2026</b>
<b>Início Sessão de Disputa de Preços:</b>	<b>08h30min do dia 24/06/2026</b>

O horário de encerramento da sessão de lances ficará a critério do Agente de contratação, de acordo com as necessidades provindas do andamento da referida concorrência.

**2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1.** A presente licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores; pela Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos; pelo Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.107/2005; pelo Decreto Federal nº 11.462/2023; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; pela Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016; pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024; bem como pelos princípios e normas de Direito Público aplicáveis à matéria, pelas disposições deste Edital e de seus anexos.

**2.2.** As especificações técnicas completas, quantitativos, condições de execução e demais informações encontram-se detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

**2.3.** O Agente de Contratação e Equipe de Apoio conduzirão esse certame, conforme Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

**2.4.** O corrente procedimento licitatório será realizado na modalidade de Concorrência, conforme Inciso II do art. 28º da Lei Federal nº 14.133/2021:

“**28.** São modalidades de licitação:

...

II- concorrência;”

**2.6.** Conforme Inciso XXXVIII, do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021, fica estabelecido que:

**“Art.6º** Para os fins desta Lei,consideram-se:

XXXVIII- concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

**menor preço;**

melhor técnica ou conteúdo artístico;

técnica e preço;

maior retorno econômico;

maior desconto;”

**2.7.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente licitação enquadra-se como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme disposto no art. 6º, inciso XVIII, compreendendo atividades técnicas multidisciplinares relacionadas à Regularização Fundiária Urbana – REURB, incluindo levantamentos técnicos, estudos, projetos, georreferenciamento, assessoria e regularização urbanística, ambiental e jurídica.

**2.8.** Adicionalmente, considerando a elevada complexidade técnica, a necessidade de integração entre disciplinas de engenharia, arquitetura, topografia, geoprocessamento e direito urbanístico, bem como a exigência de soluções técnicas específicas e atuação especializada, os serviços também se caracterizam como serviço especial de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

**2.9.** Dispositivos legais citados:

**Art. 6º, inciso XVIII**

“serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;”

**Art. 6º, inciso XXI, alínea “b”**

“serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea ‘a’ deste inciso, nos termos do regulamento federal.”

**2.10.** "O objeto caracteriza-se como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e serviço especial de engenharia, nos termos do art. 6º, incisos XVIII e XXI, alínea 'b', da Lei Federal nº 14.133/2021."

**2.11.** Conforme o art. 29º da Lei Federal nº 14.133/2021, o edital de Concorrência em liça segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**"Art. 29.** A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei."

**2.12.** Conforme o art. 46º da Lei Federal nº 14.133/2021:

**Art. 46.** Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

...

**II - empreitada por preço global;**

...

§ 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 18 desta Lei."

**2.12.1.** A presente Concorrência terá o regime de execução por empreitada por preço global (abrangendo materiais, mão de obra e equipamentos necessários), conforme disposto no Inciso XXIX do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021:

**"Art. 6º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

**XXIX** - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;"

**2.13.** O SRP poderá ser utilizado na modalidade descrita para a contratação de unidades habitacionais deste Edital, centralizada por entidade gerenciadora (CIMINAS) e executada de forma descentralizada pelos Órgãos ou Entidades Participantes, no caso os Municípios interessados e eventuais entes que vierem a requerer a adesão ao SRP, na forma e tempo previstos em lei e neste Edital, inclusivamente com preços diferente por lote, se for o caso, conforme indicado e se observa no estabelecido nos artigos seguintes da Lei 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023:

**"Art. 82.** O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens

ou, no caso de serviços, de unidades de medida;  
III - a possibilidade de prever preços diferentes:  
a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;  
b) em razão da forma e do local de acondicionamento;  
c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;  
d) por outros motivos justificados no processo;

**Art. 85.** A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

**Art. 86.** O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

#### **Decreto nº 11.462/2023**

**Art. 2º** Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

...

VII - compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes;"

**2.14.** A utilização da ARP é reconhecida pelo TCE/MG conforme entendimento apresentado na resposta à Consulta n. 885.865 - PROCEDIMENTO DE CARONAS, A legalidade da adesão a ata de registro de preços é reconhecida por este Tribunal, desde que observados os requisitos formais, elucidados nos pareceres emitidos nas Consultas n. 757978 e 885865, dentre os quais a realização de pesquisa de preço e a demonstração da vantajosidade.

CONSULTA - CÂMARA MUNICIPAL - A) SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REALIZADA POR OUTROS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS - POSSIBILIDADE - REQUISITOS - B) CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL - REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO CONJUNTA ENTRE ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES GOVERNAMENTAIS - POSSIBILIDADE - NECESSIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS SEREM FIRMADOS POR CADA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE, LEGALIDADE, ISONOMIA E EFICIÊNCIA. (TCE-MG - CONSULTA: XXXXX, Relator.: CONS. JOSÉ ALVES VIANA,

Data de Julgamento: 20/11/2013, Data de Publicação:  
14/01/2014).

**2.15.** As empresas que desejarem participar da **"CONCORRÊNCIA" deste SRP**, devem acessar o sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**2.16.** O edital e seus anexos poderão ser baixados por *download* no sítio do LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**2.17.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações do CIMINAS, devendo ser protocolizado o pedido diretamente pelo site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sob pena de não conhecimento, **preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias do Início da Sessão de Disputa de Preços.**

**2.18.** Toda a documentação será apensada ao presente processo licitatório e para cada etapa será elaborada uma ata.

**2.19.** Para o objeto deste Edital está dispensada a aplicação do disposto nos Artigos 42 à 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, pois esta licitação trata-se de caso de contratação de obras e serviços de engenharia com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, II da Lei 14.133/2021.

**2.20.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o critério de desempate previsto no Inciso I do art. 60º da Lei Federal nº 14.133/2021, e em igualdade de condições se não houver desempate, o previsto no §1º do mesmo artigo, conforme segue:

**"Art. 60.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

...

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II- empresas brasileiras;

III- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009."

**2.21.** As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o CIMINAS, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**2.22.** A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.



### 3. DO OBJETO

**3.1.** Constitui-se objeto do presente edital, a realização de REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETO DE REORDENAMENTO SOCIAL URBANO, EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DEMANDANTES**, compreendendo atividades de natureza predominantemente intelectual e multidisciplinar, em atendimento aos Municípios demandantes, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**3.2.** Os serviços objeto da presente contratação enquadram-se como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como caracterizam-se como serviços especiais de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "b", da referida Lei, em razão da complexidade técnica, multidisciplinaridade e necessidade de soluções especializadas para execução do objeto.

**3.3.** O objeto contempla, dentre outras atividades correlatas:

- Levantamentos técnicos, sociais, urbanísticos e territoriais;
- Elaboração de diagnósticos e estudos técnicos;
- Georreferenciamento e cadastro técnico;
- Planejamento urbano e regularização territorial;
- Elaboração de projetos e relatórios técnicos;
- Assessoramento técnico especializado aos Municípios consorciados/demandantes.

**3.4.** O valor estimado do registro de preços é de **R\$ 144.531.840,00 (Cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e quarenta reais)**.

**3.5.** A Licitação ocorrerá na forma do procedimento auxiliar para **REGISTRO DE PREÇO** na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com Modo de disputa Aberto, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO**.

**3.6.** A presente demanda contempla os entes que possuem propostas devidamente cadastradas no programa objeto deste Edital e que poderão aderir à respectiva Ata de Registro de Preços, quais sejam:

01	MARIANA
02	NOVA SERRANA
03	SABARÁ
04	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
05	DORES DO INDAIÁ
06	ITAPECERICA
07	NEPOMUCENO
08	SACRAMENTO
09	ARAPUÁ
10	CEDRO DO ABAETÉ
11	CONQUISTA
12	ESTRELA DO SUL
13	INDIANÓPOLIS
14	JAPARAÍBA
15	LAGAMAR
16	MORADA NOVA DE MINAS
17	PEDRINÓPOLIS

<b>18</b>	<b>PRATÁPOLIS</b>
<b>19</b>	<b>SANTA ROSA DA SERRA</b>
<b>20</b>	<b>TAPIRA</b>
<b>21</b>	<b>TAPIRAÍ</b>
<b>22</b>	<b>VARJÃO DE MINAS</b>

**3.7.** Conclui-se que a contratação compartilhada a ser conduzida pelo CIMINAS configura-se como estratégia administrativa eficiente e eficaz, promovendo a redução de custos e o aumento da oferta de bens e serviços, além de assegurar maior segurança e regularidade na execução contratual.

**3.8.** Trata-se, portanto, de medida indispensável ao atendimento das demandas dos Municípios, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos e a uniformização dos procedimentos de contratação no âmbito do CIMINAS.

#### **4. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** As disposições aplicáveis ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e às eventuais adesões observarão o previsto na minuta da Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.

**4.2.** O Sistema de Registro de Preços compreende o conjunto de procedimentos destinados à realização, mediante contratação direta ou por licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, à execução de obras e à aquisição ou locação de bens destinados a contratações futuras.

**4.3.** Neste certame deverão ser observadas as disposições legais pertinentes, considerando que a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições lhe facultado promover licitação específica, desde que devidamente motivada.

**4.4.** Por se tratar de licitação na modalidade Concorrência para Registro de Preços, os Municípios consorciados poderão contratar os quantitativos que julgarem necessários, não havendo obrigação de contratação integral ou parcial dos itens registrados. As contratações dependerão do interesse público, da conveniência administrativa, da demanda de obras e serviços e da disponibilidade orçamentária e financeira.

**4.5.** Na licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária não é requisito obrigatório, sendo exigida apenas no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil equivalente.

**4.6.** A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados. Os contratos decorrentes observarão os prazos e condições estabelecidos na própria Ata.

#### **5. DO AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** Neste certame foi obedecido o disposto no Caput do Artigo 86º da Lei Federal de nº 14.133/2021, quando foi devidamente publicado no Site do CIMINAS o Aviso de Manifestação de Intenção de Registro de Preços, tendo sido publicado no dia 06/02/2026, quando foi obedecido o prazo mínimo legal de 08 (oito) dias úteis.

#### **6. DA REALIZAÇÃO DE CONCORRÊNCIA NA FORMA ELETRÔNICA**

**6.1.** Conforme o Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital, o presente processo licitatório será conduzido na forma eletrônica, em consonância com as disposições do artigo 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**“Art. 17.** O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

...

**§ 2º** As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”

## **7. DA VISITA TÉCNICA**

**7.1.** Considerando a composição do CIMINAS por diversos Municípios com características distintas, é necessário a declaração de avaliação prévia para conhecimento das condições e peculiaridades da execução, a fim de assegurar o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto. O licitante deverá atestar o conhecimento dessas condições como requisito para participação no certame.

**7.2.** Para fins de comprovação, a licitante poderá:

**7.2.1.** Solicitar agendamento de visita técnica junto ao Setor de Engenharia do CIMINAS, a ser realizada por responsável(is) técnico(s) devidamente credenciado(s) e registrado(s) no CREA ou CAU; ou

**7.2.3.** Não sendo possível a avaliação prévia, apresentar declaração formal do responsável técnico, atestando conhecimento das condições e peculiaridades da execução das Unidades Habitacionais.

**7.3.** Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

## **8. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

**8.1.** Poderão participar da presente licitação pessoas legalmente autorizadas a atuarem no ramo da construção civil, pertinente ao objeto desta licitação, que estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão provedor do Sistema, que apresentarem a documentação solicitada no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.

**8.2.** Não poderão disputar a licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

**a)** Autor do anteprojeto, do Projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**b)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**c)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**d)** O impedimento de que trata a alínea “c” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente

em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

**f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**h)** Empresa estrangeira que não funcione no País;

**i)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nesta condição;

**j)** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**k)** Sociedade cooperativa.

**l)** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**m)** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**n)** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

**o)** Empresas que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.

## **9. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO PORTAL E REGISTRO CADASTRAL**

**9.1.** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia de informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva por meio de envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Agente de Contratação e Equipe de Apoio e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – Internet.

**9.2.** A realização do procedimento estará a cargo da Administração, do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, e da Administradora da Concorrência Eletrônica, através do Portal de compras públicas, provedor do sistema de compras eletrônicas, através da Rede Mundial de Computadores.

**9.3.** Para participar do certame, a licitante deve providenciar o seu credenciamento junto ao site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

**9.4.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**9.5.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**9.6.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

**9.7.** É de responsabilidade da licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente edital devendo:

**9.7.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**9.7.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**9.7.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**9.7.4.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da Concorrência na forma eletrônica.

**9.7.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**9.8.** O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**9.9.** O Licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

**9.10.** O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

**9.11.** Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**9.11.1.** Que está ciente e concorda com às condições contidas no Edital e seus anexos;

**9.11.2.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**9.11.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**9.11.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

**9.11.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;

**9.11.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**9.11.7.** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**9.11.8.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **10. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**10.1.** O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com o auxílio da equipe de apoio, nomeados através da Portaria nº 002/2026, art. 8º § 5º da Lei nº 14.133/2021:

**"Art. 8º.** A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação."

**10.2.** É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

**10.2.1.** Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

**10.2.1.1.** Comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

**10.2.1.2.** Estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

**10.2.1.3.** Sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

**10.2.1.4.** Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, local e modalidade de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

**10.2.1.5.** Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

**10.3.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**10.4.** As vedações do subitem 10.3. estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

**11.1.** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório da Concorrência neste SRP e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para Início da Sessão de Disputa de Preços, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

**"Art. 164.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."

**11.2.** A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório da Concorrência no SRP, no prazo de 03 (três) dias úteis e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de

2021, bem como poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos seus anexos, bem como ao Departamento requisitante do objeto do certame:

**“Art. 164**

....

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”

**11.3.** O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório da Concorrência, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame, se for o caso. Quando a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes, não haverá a reabertura de prazo.

**11.4.** Os pedidos devem ser protocolizados diretamente pelo site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sob pena de não conhecimento.

**11.5.** A impugnação não possui efeito suspensivo, assim sendo, o proponente/licitante que interpor a impugnação não estará impedido de participar do certame.

**11.6.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da Concorrência, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**11.7.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

## **12. DA INVERSÃO DE FASES**

**12.1.** A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, nos termos do art. 17, §1º da Lei n.º 14.133/21, na qual a fase de habilitação dos licitantes precederá à fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame, conforme justificativa constante no Termo de Referência.

**12.2.** A inversão de fases terá por escopo a verificação prévia da habilitação e qualificação técnica dos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

**12.3.** Esta providência permitirá selecionar empresas que tenham plena capacidade jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como econômico-financeira, mitigando as dificuldades enfrentadas com a atual Ata de Registro de Preços e com o contrato dela decorrente, garantindo o interesse público com a consequente contratação de empresa suficientemente estruturada jurídica, econômica e tecnicamente.

**12.4.** A habilitação prévia da documentação possui um caráter de gerenciamento de riscos. Essa adoção de inversão das fases não causa prejuízos quanto à igualdade de condições, à competitividade, uma vez que o termo de referência estabelece critérios objetivos de habilitação,



ou seja, a administração pública não será onerada com preços acima do praticado no mercado, obtendo preços justos com maior garantia de viabilidade de execução.

**12.5.** Entre os benefícios da adoção da inversão de fases, a antecipação da habilitação contribui para um ambiente de maior transparência, permitindo que todas as empresas possam competir em condições iguais desde o início. Essa transparência favorece também que todos os participantes estejam cientes dos critérios e requisitos necessários, evitando surpresas na fase de apresentação de propostas. Outra vantagem é a seleção mais criteriosa desde o início, pois o processo seletivo concentra-se na escolha de empresas mais qualificadas. Aquelas que possuem comprovada capacidade técnica e operacional são incentivadas a participar, resultando em uma concorrência de maior qualidade, ou seja, afastando eventuais “aventureiros” que participam apenas da fase de lances, diminuindo sobremaneira os preços.

**12.6.** A escolha de fornecedores qualificados desde o início também contribui para a continuidade e eficiência dos serviços, evitando interrupções indesejadas. Ao evitar a participação de empresas não qualificadas, contribui ainda para uma definição de preço mais realista e alinhado com as reais demandas, evitando subestimações que poderiam comprometer a qualidade do serviço.

**12.7.** Considerando que os serviços envolvem atividades técnicas especializadas, incluindo levantamentos territoriais, georreferenciamento, regularização fundiária, planejamento urbano, estudos sociais e elaboração de peças técnicas multidisciplinares, a prévia verificação da capacidade técnica das licitantes mostra-se medida necessária para garantir:

- A seleção de empresas efetivamente aptas à execução do objeto;
- A redução de riscos de inexecução contratual;
- A otimização dos atos processuais da licitação;
- Maior segurança jurídica e técnica para a Administração Pública;
- Observância aos princípios da eficiência, interesse público e economicidade.

**12.8.** A inversão de fases revela-se especialmente pertinente em contratações de natureza predominantemente intelectual e de alta complexidade técnica, como ocorre no presente caso, permitindo que apenas licitantes devidamente habilitadas prossigam para a etapa de julgamento das propostas.

**12.9.** Dessa forma, resta devidamente motivada a adoção da inversão de fases no presente procedimento licitatório, em conformidade com a legislação vigente.

### **13. DA FASE DE HABILITAÇÃO – INVERSÃO DE FASES**

**13.1.** Em razão da adoção da inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação das propostas e julgamento.

**13.2.** Os licitantes deverão encaminhar, concomitantemente, os documentos de habilitação e a proposta inicial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**13.3.** Os licitantes deverão encaminhar, juntamente com os documentos de participação no certame, toda a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme exigências previstas neste Edital.

**13.4.** Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio da plataforma LICITANET, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



**13.5.** Após o envio dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, desde que necessária à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação;
- c) saneamento de falhas formais, materiais ou documentais que não alterem a substância dos documentos apresentados nem comprometam a isonomia do certame.

**13.6.** Na hipótese de diligência, o licitante deverá encaminhar os documentos solicitados, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

**13.7.** Os documentos de habilitação serão analisados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, podendo ser solicitados esclarecimentos complementares para verificação da autenticidade, validade e adequação documental.

**13.8.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

**13.9.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF divergentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**13.10.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos exclusivamente em nome da matriz.

**13.11.** Serão aceitos documentos emitidos em nome da matriz e da filial relativamente às certidões de regularidade fiscal, trabalhista e ao CRF/FGTS, quando comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**13.12.** Somente participarão da fase de apresentação e julgamento das propostas os licitantes previamente habilitados, observadas as disposições deste Edital.

**13.13.** A adoção da inversão de fases encontra-se devidamente motivada em razão da complexidade técnica do objeto, visando assegurar maior eficiência, economicidade, segurança jurídica e seleção de empresas efetivamente aptas à execução dos serviços técnicos especializados de reordenamento social urbano/REURB.

#### **14. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Inciso I, art. 62 e art. 66 da Lei Federal nº14.133/2021)**

**14.1.** Certidão Simplificada de arquivamento ou formulário de Registro de Empresário Individual na Junta Comercial, no caso de firma individual; ou

**14.2.** Cópia do respectivo Ato constitutivo – Estatuto ou Contrato Social em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais e, especificamente, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto.

**14.3.** Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; ou

**14.4.** Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**15. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA E CORRECIONAL (Inciso III, art.62 e art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

**15.1.** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**15.2.** Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte, estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

**15.3.** Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

**15.4.** Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

**15.5.** Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

**15.6.** Certificado de Regularidade (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

**15.7.** Certidão Negativa Trabalhista;

**15.8.** Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM). Emissão através de: <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

**16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**16.1.** A licitante deverá apresentar um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, vedada a emissão por empresa pertencente ao mesmo grupo econômico da licitante.

**16.1.1.** Os atestados deverão estar devidamente acompanhados de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA e/ou CAU, quando aplicável, e assinados pelos respectivos responsáveis técnicos registrados nos referidos conselhos profissionais, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e em observância à Súmula nº 263 do TCU, sendo consideradas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo as seguintes:

a) Comprovação de experiência na execução de serviços de levantamentos cadastrais urbanos, com emissão e recebimento de CRF's, equivalente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do quantitativo previsto para o presente certame.

b) Comprovação de que os serviços descritos no item anterior foram acompanhados, fiscalizados e geridos mediante utilização de ferramenta(s) de software customizável (is), com finalidade idêntica ou similar ao objeto e ao Termo de Referência deste edital, conforme especificações técnicas do sistema.

c) A licitante vencedora deverá apresentar, ainda, atestado(s) ou declaração(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado(s) pelo(s) responsável(is) pela emissão, comprovando:

- Experiência na customização, desenvolvimento, gerenciamento e manutenção de ferramentas de software voltadas à digitalização de processos de levantamentos cadastrais urbanos físicos e sociais, bem como integração com sistemas de georreferenciamento, estudos e projetos técnicos de engenharia, incluindo exportação de CRF para entrega e disponibilização de consulta online integrada das informações.

d) Será admitido o somatório de atestados e/ou declarações para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a execução concomitante dos serviços compatíveis com o objeto licitado.

e) Apresentação de Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, válida e atualizada, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

f) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente, societário ou mediante contrato de prestação de serviços vigente na data da apresentação da proposta, equipe técnica mínima composta pelos seguintes profissionais, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, quando aplicável:

- 01 (um) Engenheiro Civil;
- 01 (um) Engenheiro Agrimensor ou Cartógrafo;
- 01 (um) Arquiteto Urbanista;
- 01 (um) Advogado;
- 01 (um) Assistente Social ou Psicólogo;
- 01 (um) Analista de Dados;
- 01 (um) Arquiteto de Software;
- 01 (um) Desenvolvedor.

g) Para os profissionais indicados nas alíneas "a", "b" e "c" do item anterior, a comprovação da qualificação técnico-profissional deverá ocorrer mediante apresentação de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica registrado(s) no CREA e/ou CAU, acompanhado(s) da respectiva CAT, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto deste edital.

Quanto aos profissionais indicados nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "h", a comprovação da experiência profissional poderá ocorrer mediante apresentação de currículo acadêmico-profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contratos de prestação de serviços e/ou portfólio de produtos e serviços.

h) O(s) profissional(is) indicado(s) para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá(ão) participar da execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração Pública e observadas as exigências de qualificação previstas neste Edital.

i) Declaração da licitante de que possui pessoal qualificado, estrutura física, instalações e equipamentos adequados à execução dos serviços no Município Contratante, comprometendo-se a disponibilizá-los integralmente em caso de contratação.

j) Caso a licitante convocada para assinatura do contrato não comprove o atendimento integral dos requisitos complementares previstos neste item, será declarada inabilitada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**16.2.** O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome empresarial, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição detalhada dos serviços prestados;
- Nome da empresa executora dos serviços;
- Período de execução;
- Data de emissão;
- Nome, cargo/função, assinatura e identificação do responsável pela emissão do documento.

**16.3.** O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

**16.4.** Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

## **17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Inciso IV, art. 62 e arts. 69 e 70 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

**17.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**17.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

**17.3.** Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;<sup>1</sup>

**17.4.** Comprovação de que a Licitante possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado.

**17.5.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

**17.6.** É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

**17.7.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§ 1º do art. 65 da Lei Federal nº 14.1338/2021).

**17.8.** A comprovação de boa situação financeira da empresa, se dará mediante análise dos índices mínimos aceitáveis, os quais serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

<p><b>I. <math>ILC = AC/PC</math> = igual ou superior a 1,0</b></p> <p><b>II. <math>ILG = (AC + ARLP)/(PC + PELP)</math> = igual ou superior a 1,0</b></p> <p><b>III. <math>SG = AT/(PC + PELP)</math> = igual ou superior a 1,0</b></p>
--

**17.9.** Os termos empregados nas fórmulas acima têm o seguinte significado:

- ✓ **ILC é o Índice de Liquidez Corrente;**
- ✓ **ILG é o Índice de Liquidez Geral;**
- ✓ **ISG é o Índice de Solvência Geral;**
- ✓ **AC é o ativo Circulante;**
- ✓ **PC é o Passivo Circulante;**
- ✓ **ARLP é o Ativo Realizável de Longo Prazo;**
- ✓ **PELP é o Passivo Exigível a Longo Prazo;**
- ✓ **AT é o Ativo.**

**17.10.** Obterão classificação econômico-financeira, as empresas que apresentarem os indicadores ILC, ILG, ISG, nos valores estabelecidos, os licitantes que apresentarem índices inferiores serão considerados inabilitados.

## **18. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**18.1.** Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **www.licitanet.com.br**.

**17.2.** Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

<sup>1</sup>Conforme §1º do art. 69 da Lei Federal nº 14.1338/2021, a critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

**18.3.** A análise da habilitação ocorrerá previamente à abertura e julgamento das propostas, sendo admitida à fase subsequente apenas a licitante devidamente habilitada, observadas as disposições deste Edital.

**18.4.** A sessão de lances será no modo de disputa **ABERTO**.

**18.5.** A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico.

**18.6.** O upload da proposta no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) será de total responsabilidade da licitante, a qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação do Agente de Contratação que não seja abrir e imprimir o arquivo, devendo conter obrigatoriamente as informações constantes no Anexo II deste edital, sob pena de desclassificação.

**18.7.** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

**18.8.** A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo com firmes e verdadeiras as suas propostas, assim como seus lances inseridos durante a sessão pública.

**18.9.** O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no Edital e respectivos anexo.

**18.10.** Os itens das propostas que eventualmente contemplem objeto que não corresponda às especificações contidas no Projeto Básico deste Edital serão desconsiderados.

**18.11.** Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

**18.11.1.** Descrição completa do objeto a ser executado;

**18.11.2.** Preço global para o objeto licitado, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 12, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

**18.11.3.** Os preços orçados pela licitante devem incluir todas as despesas que possam incidir na execução do objeto.

**18.11.4.** Os valores cotados tanto unitário quanto o valor total, deverão respeitar os valores dos orçamentos em cada lote/ITEM, não podendo ultrapassar os mesmos.

**18.11.5.** O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas (Lei nº 14.133/2021, art. 90, § 3º).

**18.12.** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência neste SRP, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**18.13.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**18.14.** Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

**18.14.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.



**18.15.** Sob pena de desclassificação, as licitantes deverão apresentar declaração expressa de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), bem como, todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, ferramentas, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa discriminados no Termo de Referência e especificações.

**18.16.** A proposta será julgada pelo **MENOR PREÇO**, apurado após a etapa dos lances e de acordo com as especificações dos serviços.

**18.17.** Será exigida dos licitantes, como requisito de pré-habilitação e condição de participação no certame, a comprovação do recolhimento de garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**18.17.1.** O valor da garantia de proposta corresponderá a até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, conforme definido neste Edital.

**18.17.2.** A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, aplicáveis no que couber, dentre elas:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil.

**18.17.3.** A comprovação da prestação da garantia deverá ser apresentada juntamente com a proposta inicial e documentos exigidos para participação no certame, sob pena de desclassificação/inabilitação, conforme o caso.

**18.17.4.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado:

I – da assinatura do contrato; ou

II – da revogação, anulação ou declaração de fracasso da licitação.

**18.17.5.** Implicará execução integral da garantia de proposta a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em apresentar os documentos necessários à contratação, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis.

**18.17.6.** A garantia de proposta não substitui a garantia contratual eventualmente exigida para execução do objeto.

## **19. DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS INICIAIS**

**19.1.** Apresentadas as propostas caberá à Administração examinar as ofertas coletadas. Neste momento, o Agente de Contratação verificará o preenchimento dos requisitos previstos na legislação e no edital – exame de aceitabilidade –, e avaliará o conteúdo a partir do critério definido neste instrumento convocatório, analisando os benefícios para o órgão licitante de cada oferta – exame de vantajosidade.

**19.2.** Assim, a fase de apreciação das propostas está conectada com o art. 33 da Lei nº 14.133/2021, e uma vez que as propostas sejam compatíveis com o que dispõe a lei e o edital, serão aceitas, para abertura da fase de lances.

**19.3.** Entretanto, pode ser que os participantes apresentem ofertas que não se enquadrem nos ditames legais e editalício, ensejando a sua desclassificação, disciplinada pelo art. 59 da Lei nº 14.133/2021.



**19.4.** Os defeitos de uma proposta poderão ser formais – *relativos às exigências de exteriorização da oferta* – ou substanciais – *pertinentes aos requisitos de conteúdo*. Entretanto, não significa dizer que todos os defeitos formais são sanáveis e os substanciais, insanáveis, sendo necessário analisar o processo licitatório, seu edital e as propostas apresentadas para avaliar a extensão da falha identificada. Assim, quanto aos defeitos formais, disciplinou o art. 12, inciso III da Lei nº 14.133/2021:

**Art.12.** No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

III – o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;  
(...).”

**19.5.** O Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes erros ou falhas formais sanáveis, que não afetem ao seu conteúdo e que não comprometam o interesse público e da Administração.

**19.6.** Conforme o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas iniciais que:

**19.6.1.** Identifiquem o licitante;

**19.6.2.** Contiverem vícios insanáveis;

**19.6.3.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**19.6.4.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

## **20. DA ETAPA DE FORMULAÇÃO DE LANCES**

**20.1.** A etapa de lances da sessão pública será conforme Lei Federal nº 14.133/2021, a qual o site “[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)” se baseia para o processo licitatório.

**20.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e as licitantes (chat).

**20.3.** O Agente de Contratação dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital.

**20.4.** O Agente de Contratação e Equipe de Apoio farão a análise e posteriormente procederão o “aceite” das propostas enviadas via sistema eletrônico.

**20.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**20.6.** O Agente de Contratação, dará início a fase competitiva (de lances), com a divulgação da melhor proposta para o item licitado.

**20.7.** Aberta a etapa competitiva, a licitante deverá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo valor.

**20.8.** Durante a Sessão Pública da Concorrência Eletrônica, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado **VEDADO A IDENTIFICAÇÃO DO SEU DETENTOR.**

**20.9.** O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO**.

**20.10.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**20.11.** A licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**20.12.** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50% (meio por cento).

**20.13.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 30 (trinta) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 10 (dez) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**20.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

**20.15.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**20.16.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**20.17.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**20.18.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**20.19.** Se alguma licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo Agente de Contratação através do sistema.

**20.20.** A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o Agente de Contratação justificará o motivo da exclusão mediante mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo Agente de Contratação.

**20.21.** Encerrada a fase competitiva em que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**20.22.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

**20.23.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva, da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**20.24.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**20.25.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

**20.26.** Não poderá haver desistência dos lances válidos já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções previstas neste Edital.

**20.27.** Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço global e o valor estimado para a contratação, podendo, o Agente de Contratação, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

**20.28.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Agente de Contratação verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo.

**20.29.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis.

**20.30.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

**20.31.** Após o reinício previsto no subitem supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**20.32.** Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital e do Termo de Referência, com o preço de mercado e ofertar o **MENOR PREÇO**.

## **21. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**21.1.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**21.2.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**21.3.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, conforme disposto no art. 60º da Lei Federal nº 14.133/2021, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**21.3.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**21.3.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**21.3.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**21.3.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**21.3.5.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será utilizado o critério de desempate previsto no § 1º do art. 60º da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **22. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS VENCEDORAS (Inciso IV do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

**22.1.** Após o fechamento da etapa de lances o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contra proposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**22.3.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação solicitará ao licitante vencedor o envio da proposta readequada, no prazo máximo de **até 02 (duas) horas**.

**22.4.** O Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação

neste Edital e em seus anexos.

**22.5.** O upload da proposta readequada no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) será de total responsabilidade da licitante, a qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação do Agente de Contratação que não seja abrir e imprimir o arquivo, devendo conter obrigatoriamente as informações relevantes constantes nos Anexos deste edital, sob pena de desclassificação.

**20.6.** Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

- a) Descrição completa do objeto a ser executado;
- b) Preço global para o objeto licitado, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- c) Os preços orçados pela licitante devem incluir todas as despesas que possam incidir na execução da obra, inclusive o BDI (Benefício de Despesas Indiretas);
- d) O prazo de validade da proposta que é de 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas (Lei nº 14.133/2021, art. 90, § 3º).

**22.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**22.8.** Sob pena de desclassificação, as licitantes deverão apresentar declaração expressa de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), bem como, todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, ferramentas, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa discriminados no Termo de Referência e especificações.

**22.9.** No julgamento das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**22.10. Conforme o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas, as propostas que:**

- ✓ Contiverem vícios insanáveis;
- ✓ Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- ✓ Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- ✓ Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- ✓ Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- ✓ Em observação ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 cabe ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio, na análise para desclassificação das propostas, observar que a verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**22.11.** Desta forma, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021:

**“Art.59.** Serão desclassificadas as propostas que:

...

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**22.12.** Não obstante isto, a presunção de inexequibilidade não é absoluta, conforme decisão adotada no Acórdão nº 465/2024–Plenário do STF, o qual avaliou representação em face da desclassificação de propostas por inexequibilidade de preço, na forma prevista pelo § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, sem que a Administração concedesse a oportunidade de as licitantes demonstrarem a exequibilidade dos valores propostos previamente. O Ministro Relator fez questão de tecer comentários a respeito da matéria, para concluir que **“o critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da mesma lei”**, no que foi seguido pelos seus pares. (Destacamos.)

**22.13.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**22.14.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**22.15.** Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobre preço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**22.16.** Assim, somente serão desclassificadas, as propostas de valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, que não tiverem sua exequibilidade demonstrada conforme disposto no inciso IV do caput do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**22.17.** Conforme o § 5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

**22.18.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**22.19.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**22.20.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**22.21.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**22.22.** Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério de menor preço global, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o



Edital.

**22.23.** Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo Agente de Contratação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

**22.24.** Nas hipóteses em que o Agente de Contratação desclassificar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar, via sistema, com o licitante para que seja obtido preço melhor.

## **23. DEMAIS DOCUMENTOS**

### **23.1.** Declaração Conjunta de que:

- ✓ Não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como, não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública;
- ✓ Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- ✓ Que são verdadeiras as informações, estando ciente das sanções impostas, conforme disposto neste Edital e no Art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração;
- ✓ Conhece e se submete às condições contidas no Edital do SRP da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, bem como, verificou todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que fazem parte do certame;
- ✓ Tem ciência de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes na proposta apresentada, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do objeto;
- ✓ Não desenvolve trabalho noturno, perigoso ou insalubre com pessoas menores de dezoito anos, nem desenvolve qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ Concorde com todas as condições do SRP da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, sem restrições de qualquer natureza e de que, caso vencedora da Licitação, executará o fornecimento pelo preço proposto e de acordo com as normas desta Licitação;
- ✓ Tomou CONHECIMENTO de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas à contratação;
- ✓ Compromete-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, especialmente a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- ✓ Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a adotar as melhores práticas de governança e gestão de dados pessoais, em conformidade com o estabelecido nas Leis nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

**23.2.** Todos os documentos a apresentar, deverão estar dentro do prazo de validade neles indicados pelo órgão expedidor. Na falta dessa indicação expressa, somente serão considerados válidos aqueles expedidos nos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização desta licitação, exceto para os Atestados Técnicos e ressalvadas as hipóteses da Licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior, mediante indicação de norma legal pertinente.

**23.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



**23.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

## **24. DOS RECURSOS E /OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

**24.1.** Na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

**24.1.1.** Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

**24.1.2.** Julgamento das propostas;

**24.1.3.** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

**24.1.4.** Anulação ou revogação da licitação.

**24.2.** Cabe ainda, pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**24.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do julgamento das propostas e ato de habilitação ou inabilitação de licitante, serão observadas as seguintes disposições:

**24.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei, da ata de julgamento;

**24.3.2.** A apreciação dar-se-á em fase única.

**24.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**24.5.** Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.

**24.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**24.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no site do Município.

**24.8.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**24.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**24.10.** Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **25. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**25.1.** Encerradas as fases de habilitação e julgamento, e exauridos os recursos administrativos, conforme art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**25.1.1.** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**25.1.2.** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**25.1.3.** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**25.1.4.** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**25.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**25.3.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **26. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**26.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**26.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**26.2.1.** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**26.2.2.** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**26.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**26.4.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**26.5.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**26.6.** Será permitida a adesão a ARP nos termos estabelecidos na lei 14.133/21 e no regulamento interno do Ciminias, se houver.

## **27. DA CONTRATAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**27.1.** Na efetivação da contratação, será firmado com a empresa vencedora da presente licitação, um Contrato de Empreitada diretamente com o ente municipal, conforme minuta ANEXO deste edital;

**27.2.** Como condição para a celebração do Contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

**27.3.** As demais condições contratuais, tais como: alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas na minuta contratual, anexo deste edital deste edital;

**27.4.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, nos termos dos art. 155 e 156, da Lei nº 14.133/21.

**27.5.** O prazo contratual para conclusão dos serviços poderá ser prorrogado conforme art. 111, da Lei nº 14.133/21;

**27.6.** Será admitida a subcontratação, se previamente aprovada pela CONTRATANTE, restrita até o limite de 30 % (trinta por cento) do valor do orçamento de unidade habitacional.

**27.7.** A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação da CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.

**27.8.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**27.9.** É vedada a subcontratação total dos serviços desta licitação, bem como dos serviços considerados para efeito de atestação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional.

**27.10.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**27.11.** A subcontratação de que trata esta cláusula não exclui a responsabilidade do contratado perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica do projeto ou do serviço prestado.

**27.12.** Uma vez aprovada, a SUBCONTRATADA deverá emitir documento de responsabilidade técnica de execução, registrado no respectivo conselho, CREA ou CAU, referente aos serviços por ela realizados.

**27.13.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**27.14.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato da obra.

**27.15.** As alterações bilaterais e supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**27.16.** Conforme estabelecido no Art. 127 da Lei nº 14.133/2021, se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites legais estabelecidos.

**27.17.** Conforme estabelecido no Art. 129 da Lei nº 14.133/2021, nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente e ajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**27.18.** Conforme estabelecido no Art. 130 da Lei nº 14.133/2021, caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**27.19.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131 da Lei nº 14.133/2021).

**27.20.** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**27.21.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

**27.21.1.** Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

**27.21.2.** Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

**27.21.3.** Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

**27.21.4.** Empenho de dotações orçamentárias.

**28. EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**28.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

**28.2.** A extinção do contrato poderá ser:

**28.2.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**28.2.2.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**28.2.3.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**28.3.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**27.4.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**28.5.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**28.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**28.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**28.5.3.** Indenizações e multas.

**29. DA DOTAÇÃO**

**29.1.** As despesas correrão na dotação orçamentária designada por cada Município.

**29.2.** Os valores estimados de preços por Município participante será de 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

**30. DAS SANÇÕES**

**30.1.** Conforme previsto no Art.155 da Lei Federal 14.133/2021, a licitante contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**30.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

V. Na aplicação das sanções serão considerados;

VI. A natureza e a gravidade da infração cometida;

VII. As peculiaridades do caso concreto;

VIII. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IX. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

X. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**30.3.** A sanção prevista no inciso I do subitem 30.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do subitem 30.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**30.4.** A sanção prevista no inciso II do subitem 30.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5%(cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 30.1.

**30.5.** A sanção prevista no inciso III do subitem 30.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 30.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**30.6.** A sanção prevista no inciso IV do subitem 30.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 30.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 30.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**30.7.** A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 30.2 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- ✓ Quando aplicada por órgão do Poder Básico, será de competência exclusiva de secretário municipal.
- ✓ As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 30.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.
- ✓ Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- ✓ A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **31. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

### **31.1 .OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**



**31.1.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**31.1.2.** Realizar a execução dos serviços na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.

**31.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**31.1.14.** Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.

**31.1.15.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

**31.1.16.** É de responsabilidade da Contratada todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução do objeto.

**31.1.17.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **31.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**31.2.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.

**31.2.2.** Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.

**31.2.3.** Pagar a importância correspondente, após a entrega do objeto pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**31.2.4.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**31.2.5.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

**31.2.6.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

**31.2.7.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

**31.2.8.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

**31.2.9.** A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **32. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**32.1.** As condições de fornecimento e recebimento do objeto da licitação serão realizadas de acordo com o disposto no **ANEXO I – Termo de Referência**.

## **33. DO PAGAMENTO**

**33.1.** As condições de pagamento serão realizadas de acordo com o disposto no Termo de Referência.

## **34. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**34.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**34.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**34.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

**34.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**34.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**34.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**34.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**34.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**34.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**34.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em **[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** e **[ciminas.mg.gov.br/licitacoes](http://ciminas.mg.gov.br/licitacoes)**.

**34.11.** As adesões são permitidas, desde que haja a anuência do órgão gerenciador/contratante e CONTRATADA.

**34.12.** A eventual alteração quantitativa não implicará modificação do objeto contratado, tampouco ensejará direito à indenização, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

**34.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - Termo de Referência;**

**ANEXO II - Matriz de Risco;**

**ANEXO III – Ata de Registro de Preço;**

**ANEXO IV – Minuta Contratual.**

**Araxá/MG, 12 de maio de 2026.**

**ROBSON DE SOUZA GAMA**  
**CIMINAS**

## **ANEXO I** **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETO DE REORDENAMENTO SOCIAL URBANO, EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DEMANDANTES.**

**Gerenciador:** Consórcio Interfederativo de Minas Gerais – CIMINAS.

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Termo de Referência o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de reordenamento social urbano, compreendendo atividades multidisciplinares de regularização fundiária urbana – REURB, em atendimento aos Municípios demandantes.

**1.2.** Os serviços compreendem a execução de atividades técnicas, administrativas, urbanísticas, sociais, ambientais, cartográficas e jurídicas necessárias à implementação de ações de reordenamento social urbano e regularização fundiária urbana, conforme especificações deste Termo de Referência.

**1.3.** O objeto caracteriza-se como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e serviço especial de engenharia, nos termos do art. 6º, incisos XVIII e XXI, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover ações de reordenamento social urbano e regularização fundiária em núcleos urbanos informais existentes nos Municípios demandantes, visando assegurar o direito social à moradia, a inclusão social, a organização territorial urbana e a segurança jurídica da posse.

**2.2.** Os Municípios demandantes enfrentam dificuldades estruturais, técnicas e operacionais para executar diretamente os serviços especializados necessários à implementação da REURB, especialmente em razão da complexidade multidisciplinar das atividades envolvidas.

**2.3.** A contratação de empresa especializada permitirá:

I – realização de levantamentos técnicos e socioeconômicos;

II – elaboração de estudos urbanísticos e ambientais;

III – georreferenciamento e cadastro territorial;

IV – elaboração de peças técnicas e jurídicas necessárias aos processos de regularização fundiária;

V – apoio técnico e operacional aos Municípios;

VI – padronização dos procedimentos técnicos;

VII – maior eficiência e economicidade na execução dos serviços.

**2.4.** A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da impossibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos a serem demandados pelos Municípios consorciados, bem como pela necessidade de contratações futuras e parceladas.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**3.1.** A contratação será regida pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 13.465/2017, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e demais normas aplicáveis.

**3.2.** A presente licitação será realizada na modalidade Concorrência Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços.

**3.3.** Será adotada a inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da elevada complexidade técnica do objeto.

#### 4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

DESCRIÇÃO	COD	UNID.	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR ESTIMADO TOTAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS MULTIDISCIPLINARES PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB), COMPREENDENDO MEDIDAS JURÍDICAS, URBANÍSTICAS, AMBIENTAIS E SOCIAIS, COM ÊNFASE NA MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS, VISANDO À INCORPORAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS AO ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO E À TITULAÇÃO DOS SEUS OCUPANTES.	25257	Unidade imobiliária	96.000,0000	R\$ 1.505,5400	R\$ 144.531.840,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 144.531.840,00</b>	

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS A SEREM REALIZADOS	%	VALOR
1	Capacitação.	5%	R\$ 75,28
2	Reunião para articulação inicial.	3%	R\$ 45,17
3	Definição do nome do programa e de estratégias de marketing.	1%	R\$ 15,06
4	Definição perímetro e núcleo.	5%	R\$ 75,28
5	Preparação de documentação e planta dos perímetros de cada núcleo contendo os confrontantes e ruas atingidas para busca cartorária.	5%	R\$ 75,28
6	Orientação jurídica - abertura e instauração da REURB.	1%	R\$ 15,06
7	Orientação jurídica - Procedimentos para classificação da modalidade REURB.	1%	R\$ 15,06
8	Elaboração e emissão de ofício para a secretaria de fazenda - tributário - total de imóveis.	1%	R\$ 15,06
9	Elaboração e emissão de ofício para a secretaria de assistência social - CAD-ÚNICO.	1%	R\$ 15,06
10	Diagnóstico social e econômico dos beneficiários para enquadramento na modalidade.	1%	R\$ 15,06
11	Orientação jurídica e elaboração de decreto para definição da modalidade da REURB.	1%	R\$ 15,06
12	Audiência pública.	5%	R\$ 75,28
13	Elaboração de termo de cooperação técnica entre o município e o(s) registro(s) de imóveis.	1%	R\$ 15,06
14	Elaboração e requerimento para busca cartorária de cada núcleo com indicador real e pessoal.	2%	R\$ 30,11
15	Elaboração de estudo técnico ambiental.	4%	R\$ 60,22
16	Elaboração de estudo técnico para áreas de risco.	4%	R\$ 60,22
17	Identificação das áreas de risco com laudos técnicos para possível mitigação ou exclusão.	4%	R\$ 60,22
18	Levantamento planialtimétrico e georreferenciado dos núcleos.	7%	R\$ 105,39
19	Projeto urbanístico	5%	R\$ 75,28
20	Impressão de planta e memorial descritivo dos lotes com o parcelamento do solo.	1%	R\$ 15,06
21	Mobilização Comunitária e início dos cadastros.	6%	R\$ 90,33
22	Elaboração de ofício à secretaria de obras para que esta se manifeste se há necessidade de implantação de infraestrutura essencial.	1%	R\$ 15,06
23	Orientação das equipes de campo (engenharia e coleta de dados) - elaboração de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial juntamente com termo de compromisso, se for o caso.	3%	R\$ 45,17
24	Notificações via postal com aviso de recebimento (correios com ar) a todos os proprietários e confinantes com endereço na matrícula.	1%	R\$ 15,06
25	Elaboração do edital.	1%	R\$ 15,06
26	Cadastro final dos beneficiários com documentação pessoal e de posse.	6%	R\$ 90,33
27	Indicação do direito real de propriedade.	2%	R\$ 30,11

28	Identificação das Matrículas Atingidas e correlação com os lotes identificados no perímetro	2%	R\$	30,11
29	Reunião com a comissão de REURB para aprovação da documentação de cada beneficiário.	2%	R\$	30,11
30	Assessoria jurídica durante todo o processo de regularização fundiária visando contribuir com a articulação institucional entre a prefeitura e o cartório de Registro de imóveis. Bem como demais atores envolvidos no processo de regularização fundiária.	1%	R\$	15,06
31	Saneamento.	2%	R\$	30,11
32	Confecção do PRF.	2%	R\$	30,11
33	Aprovação do PRF.	2%	R\$	30,11
34	Elaboração e emissão da CRF.	2%	R\$	30,11
35	Elaboração do requerimento e protocolo da CRF no cartório de registro de imóveis.	2%	R\$	30,11
36	Registro da CRF no cartório de registro de imóveis.	2%	R\$	30,11
37	Realização de audiência pública para entrega dos títulos registrados aos beneficiários.	5%	R\$	75,28
		<b>100%</b>		<b>R\$1.505,54</b>

## 5. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**5.1.** Os serviços serão executados de forma sistemática considerando todas as etapas previstas na ordem de serviços dos Município consorciados conforme demanda apresentada.

### **ETAPA 01 – ATIVIDADES PRELIMINARES**

#### **a) CAPACITAÇÃO - TREINAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

Capacitar os servidores públicos municipais visando a contribuir para uma maior compreensão acerca das etapas das atividades de reordenamento social urbana, qualificação urbanística e regularização fundiária, bem como os produtos necessários.

#### **b) ARTICULAÇÃO INICIAL**

- ✓ Reunião com Autoridades Locais para alinhamento da execução contratual e do cronograma de conclusão de fases
- ✓ Orientação jurídica para elaboração do Decreto de Baixa Renda
- ✓ Definição do Perímetro e Núcleo
- ✓ Definição do Nome do Programa e estratégias de Marketing
- ✓ Envio das Orientações Jurídicas para abertura e implantação das atividades e elaboração de regulamentos municipais específicos
- ✓ Elaboração de termo de cooperação técnica entre o município e o(s) registro(s) de imóveis.
- ✓ Elaboração e emissão de ofício para a secretaria de assistência social - CAD-UNICO.
- ✓ Diagnóstico social e econômico dos beneficiários para enquadramento na modalidade.

**PRODUTO FINAL:** Envio de minutas de decretos e orientações necessários às fases iniciais de implantação das medidas e atividades objeto deste Termo de Referência.

#### **c) MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

Desenvolver trabalho social compreende ações de sensibilização, mobilização, informação, capacitação e envolvimento da população moradora para participação no processo de regularização fundiária.

- ✓ Identificação de lideranças locais e organizações comunitárias
- ✓ Reunião de pactuação com as lideranças locais
- ✓ Viabilização do local para realização de plantões de atendimento em áreas; distribuição de material de divulgação e capacitação acerca do processo de regularização fundiária;
- ✓ Subsidiar a mobilização da população moradora para participação em reuniões;
- ✓



- ✓ Realização de reuniões para apresentação e esclarecimentos sobre o processo e as atividades de regularização fundiária;
- ✓ Apoio a constituição e acompanhamento das atividades de instâncias participativas (fóruns, conselhos, comissões, etc.);
- ✓ Subsidiar a mobilização da população moradora para o cadastro físico e social;
- ✓ Apoio no processo de discussão do projeto de regularização fundiária;
- ✓ Subsidiar a convocação, acompanhamento e orientação aos moradores para assinatura dos documentos necessários à regularização jurídica das posses;
- ✓ Início do Cadastro Socioeconômico.

**PRODUTO FINAL:** Apresentar relatório de trabalho social contendo descrição das atividades realizadas, atas, registros fotográficos, folders, convocações ou outros documentos comprobatórios do serviço, que poderá ser subdividido em subprodutos correspondentes às etapas de implementação do trabalho social.

#### **c) AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Oferecer orientações e disponibilizar subsídios técnicos necessários à realização de assembleia/audiência pública de entrada na área com comunidade informal (esclarecimentos sobre o processo de regularização fundiária do assentamento irregular)

#### **d) CADASTRO FÍSICO**

- a) Identificação das áreas públicas e privadas;
- b) Identificação no cartório da situação;
- c) Caracterização da área objeto de regularização e levantamento de sua composição social, ambiental, urbanística e jurídica.

**PRODUTO:** Apresentar Relatório de Caracterização e Diagnóstico contendo a situação jurídica, ambiental, urbanística e social de cada área objeto da regularização. Documentação da área, podendo ser matrículas, transcrições, contratos e recibos de compra e venda. Documentação da área, podendo ser matrículas, transcrições, contratos e recibos de compra e venda. Planta de sobreposição da situação de fato com a situação de registro apresentando o perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando couber. Apresentação dos levantamentos em plataforma web com atualização e consulta em tempo real.

#### **e) CADASTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

**ESCOPO:** elaboração ou atualização de cadastros socioeconômicos dos moradores, contendo nome, RG, CPF, composição familiar, tipo e tempo de posse, renda familiar, entre outras informações relevantes ao processo de regularização fundiária. Coleta de documentos dos beneficiários para instrução de processos de regularização fundiária, de acordo com as exigências legais relativas ao instrumento jurídico utilizado, tais como cópias de RG, CPF, comprovante de residência, certidão de casamento e documento suficiente para comprovação de sua posse.

**PRODUTO:** Apresentar Relatório de consolidação de dados dos cadastros beneficiários do programa de regularização fundiária por meio de sistemas informatizados para gestão de REURB e Planilha de Cadastro Fundiário contendo todas as informações necessárias e suficientes para a devida caracterização das famílias beneficiárias e a comprovação de sua posse para a respectiva titulação.

### **ETAPA 02 – ANÁLISES E PROCEDIMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE TITULARES DE DOMÍNIO**

- ✓ Preparação de documentação e planta dos perímetros de cada núcleo contendo os confrontantes e ruas atingidas para busca cartorária.
- ✓ Elaboração de termo de cooperação técnica entre o município e o(s) registro(s) de imóveis.

- ✓ Elaboração e requerimento para busca cartorária de cada núcleo com indicador real e pessoal.
- ✓ Identificação das Matrículas Atingidas e correlação com os lotes identificados no perímetro
- ✓ Notificações via postal com aviso de recebimento (correios com ar) a todos os proprietários e confinantes com endereço na matrícula.
- ✓ Elaboração do Edital

**PRODUTO:** Relatório com matrículas identificadas pelo Cartório de Registro de Imóveis, seguido de Notificações e Edital.

### **ETAPA 03 – AGRIMENSURA E MEIO AMBIENTE**

#### **a) CARTOGRAFIA BÁSICA**

**PRODUTO:** Apresentar dados vetoriais obtidos com o levantamento topográfico; imagem aérea atual georreferenciadas e ortorretificada, planta impressa em escala apropriada, acompanhada dos respectivos arquivos em meio digital e da cópia de anotação ou registro de responsabilidade técnica.

O referido levantamento deverá conter e estar de acordo com a Lei nº 13.465/2017 e suas alterações, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos, áreas de risco e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado.

#### **b) ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL**

**ESCOPO:** Elaboração de estudo técnico ambiental por profissional legalmente habilitado, com emissão de ART ou RRT, nos termos da Lei 13.465/17, para fundamentar, se for o caso, a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, compreendendo no mínimo a caracterização da situação ambiental da área a ser regularizada; a especificação dos sistemas de saneamento básico; a proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações; a recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização; a comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, considerados o uso adequado dos recursos hídricos e a proteção das unidades de conservação, quando for o caso; a comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta; e a garantia de acesso público às praias e aos corpos d'água, quando for o caso.

**PRODUTO:** Apresentar o relatório de estudo técnico ambiental contendo todos os elementos mencionados.

#### **c) ESTUDO TÉCNICO DE ÁREA DE RISCO**

**ESCOPO:** elaboração de estudo técnico por profissional legalmente habilitado, com emissão de ART ou RRT, nos termos da Lei 13.465/17, objetivando atestar as condições geológico-geotécnicas da área por meio de análise em campo da declividade das encostas e a estabilidade do solo em geral.

**PRODUTO:** As despesas do credenciamento apresentar a Montagem do Laudo Geológico-Geotécnico.

#### **d) IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO COM LAUDOS TÉCNICOS PARA POSSÍVEL MITIGAÇÃO OU EXCLUSÃO**

**ESCOPO:** controles ambientais a serem tomados para a ocupação da área, por fim orientar quanto as medidas de correção e prevenção nas áreas identificadas como áreas suscetíveis aos riscos de movimentos e inundações

**PRODUTO:** Laudo(s) técnico(s) com solução(ões) específica(s) para cada área de risco identificada.

## **ETAPA 04 – PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

### **a) DEMARCAÇÃO URBANÍSTICA:**

- ✓ Levantamento planialtimétrico e georreferenciado dos núcleos.
- ✓ Elaboração do Auto de Demarcação Urbanística, quando necessário;
- ✓ Planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, números das matrículas ou transcrições atingidas, indicação dos proprietários identificados e ocorrência de situações de domínio privado com proprietários não identificados em razão de descrições imprecisas dos registros anteriores;
- ✓ Planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante do registro de imóveis;
- ✓ Planta do parcelamento do solo
- ✓ Emissão de ART ou RRT.

**PRODUTO:** Apresentar o Auto de Demarcação Urbanística, Planta e Memorial Descritivo da Área a ser regularizada conforme descrição completa acima, e Planta de sobreposição ou relatório que ateste sua impossibilidade, conforme o caso. Somente será adotado o procedimento com Auto de Demarcação Urbanística quando a Administração Municipal assim entender sua obrigatoriedade, notificando formalmente a empresa licitada, por núcleo.

### **b) PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA**

**ESCOPO:** o projeto de regularização fundiária urbana, que compreende dentre outros estudos, o projeto urbanístico de regularização fundiária, deverá atender, os dispostos dos artigos 35 e 36 da lei 13.465/2017. A referida Lei dispõe de requisitos e instrumentos necessários à efetivação de processos técnicos, de cunho jurídico e cartorial dependentes de ações do Poder Público para sua efetivação.

**PRODUTO:** Apresentar os serviços de cartografia com identificação da área territorial e área construída de imóveis urbanos materializados em planta e memorial descritivo georreferenciados de quadras, lotes, vias de circulação e demais áreas públicas ou institucionais existentes no perímetro, impressos em escala apropriada e em meio digital, bem como cópia do ato de aprovação nos órgãos competentes. Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, a infraestrutura existente, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado. Planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível. Curvas de nível com intervalo de 1m (um metro). Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental; - Memoriais descritivos. Proposta de soluções para questões ambientais, quando for o caso. Estudo técnico para áreas de situação de risco, quando for o caso.

### **c) PROJETOS COMPLEMENTARES**

- ✓ Elaboração de ofício à secretaria de obras para que esta se manifeste se há necessidade de implantação de infraestrutura essencial.
- ✓ Orientação das equipes de campo (engenharia e coleta de dados) - elaboração de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial juntamente com termo de compromisso, se for o caso.

**ESCOPO:** Os projetos complementares visam sistematizar os projetos complementares que serão necessários para o Processo de Regularização Fundiária.

**PRODUTOS:** Projeto de infraestrutura essencial (rede de esgoto), Projeto de infraestrutura essencial (rede de água), Projeto de infraestrutura essencial (rede de energia), Projeto de infraestrutura essencial (drenagem).

**ETAPA 05 – ANÁLISES E PROCEDIMENTOS VISANDO AO REGISTRO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**a) CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA JURÍDICA**

- ✓ Reunião com a comissão de REURB para análise jurídica dos documentos e conflitos.
- ✓ Saneamento - correção de possíveis erros ocorridos durante o Processo Administrativo
- ✓ Indicação do direito real de propriedade;
- ✓ Confecção da minuta do Projeto de Regularização Fundiária;
- ✓ Assessoria jurídica durante todo o processo de regularização fundiária visando contribuir com a articulação institucional entre a Prefeitura e o Cartório de Registro de imóveis, bem como demais atores envolvidos no processo de regularização fundiária;
- ✓ Análise e finalização dos processos individuais.

**PRODUTO:** Apresentar a instrução individual dos processos dos beneficiários e elaborado as minutas dos Instrumentos de Regularização Fundiária e indicação do instrumento jurídica de titulação, dentre os instrumentos legais previstos no art. 15 da Lei de regularização fundiária. Conforme os ditames do art. 41 da Lei Federal nº 13.465/2017, será elaborado um documento final contendo a classificação do tipo de regularização, para posterior elaboração dos títulos de direitos reais pela Contratante, emissão das Certidões de Regularização Fundiária (CRF) e seu respectivo envio ao cartório competente para os devidos atos notariais de registro imobiliário.

**b) APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

- ✓ Emissão das Certidões de Regularização Fundiária (CRF);
- ✓ Aprovação da CRF;
- ✓ Protocolo da CRF junto ao Cartório competente, acompanhada da documentação obrigatória.

**PRODUTO:** Formalização do Processo de Regularização Fundiária com os títulos dos imóveis regularizados pelo projeto proposto, em paralelo a emissão e o encaminhamento para registro imobiliário no Cartório de Registros da Circunscrição da área de intervenção, da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) que é o ato administrativo de aprovação da regularização fundiária, a fim de legitimar o seu uso/propriedade, adotando assim, todas as medidas cabíveis ao cumprimento da etapa final do processo de regularização fundiária, que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: o nome do núcleo urbano regularizado; a localização; a modalidade da regularização; as responsabilidades das constantes do cronograma; a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; os dados constantes de quadra, lote, confrontantes e área em m<sup>2</sup> de cada unidade imobiliária regularizada; a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

**c) REGISTRO DAS MATRÍCULAS INDIVIDUALIZADAS**

- ✓ Registro da CRF no Cartório de Registro de Imóveis
- ✓ Acompanhamento do processo de registro junto ao Cartório;
- ✓ Emissão dos Documentos de Registros de cada imóvel;
- ✓ Entrega final aos beneficiários em Audiência Pública

### **Observações gerais:**

**1.** Padrão da ortofoto: Resolução da foto colorida com GSD de 05 cm ou menor por pixel, em escala 1:1000; A ortofoto deverá ser georreferenciada no Datum Sirgas2000 e estar ortorretificada; Será obrigatório apresentação de relatório com as precisões obtidas dos produtos cartográficos digitais, contendo os pontos de controle e "check points"; Não poderá haver nenhum sombreamento projetado por nuvens; Para melhor nitidez as fotos deverão ser obtidas no período mediano do dia (entre as 10:00 e 14:00 horas), reduzindo projeção de sombras por objetos verticais (árvores, prédios e etc...); As junções (costuras) entre ortofotos deverão ser realizadas de tal forma a evitar desalinhamentos; A ortofoto deverá ser entregue à Comissão Técnica para avaliação no formato "GEOTIF";

**2.** Produtos finais: Cópia digital do mosaico geral; Cópia digital das ortofotos geradas na escala 1:1.000, com GSD de 05cm/pixel ou melhor; Entrega do relatório final da metodologia adotada e precisões obtidas;

**3.** Geração de Modelo Digital de Terreno –MDT do perímetro urbano: Modelo digital de terreno deverá contemplar a superfície total do assentamento imageada; Na geração do MDT considerar somente pontos no nível do solo, isentos de vegetação e elementos não pertencentes ao solo (veículos, placas, edificações, entre outros); fornecer arquivos de MDT em malha original de pontos; Fornecer planejamento de controle de qualidade da geração do MDT com antecedência ao início das atividades de geração de MDT; A partir dos pontos do MDT deverão ser geradas curvas de nível com equidistância vertical de 1m (um metro) e curvas mestras com equidistância vertical de 5m (cinco metros) com as seguintes especificações: As curvas de nível deverão ter traçado contínuo, devendo compor um nível de informação específico, com os respectivos valores altimétricos incorporados como atributos, nos formatos \*.dxf e \*.shp; A edição das curvas de nível deverá ser feita para eliminação do excesso de pontos e resíduos de curvas de forma que não interfira na precisão e exatidão do MDT; Sistemas de coordenadas UTM; Datum Sirgas 2000;

**4.** Para fins deste Termo de Referência, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

**4.1.** Sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual;

**4.2.** Sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;

**4.3.** Rede de energia elétrica domiciliar;

**4.4.** Soluções de drenagem, quando necessário;

**4.5.** Outros equipamentos a serem definidos pela CONTRATANTE em função das necessidades locais e características regionais, com assessoramento e consultoria da CONTRATADA.

**5.** Acesso ao Sistema/Plataforma para regularização fundiária, com objetivo de atender desde o cadastramento eletrônico dos ocupantes/possuidores e imóveis (lotes/terrenos/casas e etc), *in loco*, com número de usuários ilimitados, emissão de relatórios sociais, notificações, contratos, editais, declarações, até a efetiva emissão da titulação bem como da Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

### **6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**6.1.** Os serviços serão executados conforme demanda dos Municípios participantes.

**6.2.** A execução ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de ordem de serviço.

**6.3.** A contratada deverá disponibilizar equipe técnica multidisciplinar compatível com a complexidade dos serviços.

**6.4.** Todos os levantamentos e documentos técnicos deverão observar as normas técnicas vigentes, inclusive as expedidas pela ABNT, CREA, CAU, INCRA e demais órgãos competentes.



**6.5.** A contratada será responsável pela obtenção, organização e consolidação das informações necessárias à execução dos serviços.

**6.6.** Os atos referentes à regularização fundiária deverão observar os termos da Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017 e dos regulamentos aplicáveis, principalmente os regulamentos municipais específicos, e, na ausência destes, dos regulamentos estaduais ou federais aplicáveis de forma analógica.

## **7. DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA**

**7.1.** Capacidade técnico-profissional:

**7.1.1.** Comprovação, do licitante vencedor, de que possui em seu quadro permanente, societário ou através de contrato de prestação de serviços, na data prevista para entrega da proposta, equipe técnica mínima relacionada abaixo, cujos profissionais estejam devidamente inscritos nas respectivas entidades de classe, quando for o caso:

**7.1.2.** 01 (um) Engenheiro Civil;

**7.1.3.** 01 (um) Engenheiro Agrimensor ou Cartógrafo;

**7.1.4.** 01 (um) Arquiteto Urbanista;

**7.1.5.** 01 (um) Advogado;

**7.1.6.** 01 (um) Assistente Social ou Psicólogo;

**7.2.** A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) listados no item anterior se dará mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, ficha de Registro de Empregados do Ministério do Trabalho ou contrato de prestação de serviços em vigor ou futuro.

**7.3.** Os profissionais deverão possuir registro regular junto aos respectivos conselhos profissionais.

## **8. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**8.1.** A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.

**8.2.** Será admitida a exigência de quantitativos mínimos limitados a até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.3.** Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA e/ou CAU, quando aplicável.

**8.4.** Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional.

## **9. DA GARANTIA DA PROPOSTA**

**9.1.** Poderá ser exigida garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.2.** O valor da garantia ficará limitado a até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Constituem obrigações da contratada:

I – executar os serviços conforme especificações contratuais;

II – manter equipe técnica qualificada;

III – cumprir os prazos estabelecidos;

IV – responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

V – manter sigilo das informações obtidas;

- VI – reparar falhas e inconsistências verificadas;
- VII – atender às determinações da fiscalização.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **11.1.** Constituem obrigações da contratante:

- I – fornecer informações necessárias à execução dos serviços;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- III – efetuar os pagamentos devidos;
- IV – emitir ordens de serviço;
- V – disponibilizar documentos e dados existentes.

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 12.1.** A seleção se dará por Concorrência Eletrônica, sob o critério de menor preço, em modo de disputa aberto.
- 12.2.** O sistema eletrônico utilizado será o Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), conforme as regras e prazos a serem definidas no edital.
- 12.3.** Serão habilitadas apenas empresas que comprovarem os requisitos técnicos, jurídicos, fiscais e econômicos a serem previstas no edital e neste Termo de Referência.

## **13. DA JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES**

- 13.1.** A adoção da inversão de fases encontra-se devidamente motivada em razão da elevada complexidade técnica do objeto, visando assegurar maior eficiência, economicidade, segurança jurídica e seleção de empresas efetivamente aptas à execução dos serviços técnicos especializados de reordenamento social urbano e REURB.
- 13.2.** A medida visa evitar a análise de propostas apresentadas por licitantes sem capacidade técnica compatível com a complexidade multidisciplinar do objeto.

## **14. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 14.1.** O valor estimado do registro de preços é de **R\$ R\$ 144.531.840,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e quarenta reais).**

## **15. DO PAGAMENTO**

- 15.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 15.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO**

- 16.1.** O registro de preços não implica obrigação imediata de contratação por parte do CIMINAS.

**16.2.** Cada Município participante deverá garantir a previsão orçamentária e a dotação específica em seus instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) antes da assinatura do contrato.

**16.3.** Os pagamentos serão realizados conforme:

- Medições mensais dos serviços executados;
- Aprovação da fiscalização;
- Apresentação de documentação técnica e fiscal.

## **17. MATRIZ DE RISCO**

**17.1.** Nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, o presente contrato observa a Matriz de Alocação de Riscos constante em anexo, que integra este instrumento para todos os fins.

**17.2.** A Matriz de Riscos identifica os eventos supervenientes, previsíveis e presumíveis, alocando-os entre CONTRATANTE e CONTRATADA, considerando a natureza do risco, a capacidade de gestão de cada parte e a compatibilidade com as obrigações assumidas.

**17.3.** A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos, reconhecendo que tais riscos foram considerados na formulação de sua proposta e na composição de seus preços.

**17.4.** Sempre que atendidas as condições contratuais e a Matriz de Riscos, considerar-se-á mantido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, renunciando as partes a pleitos relacionados aos riscos assumidos, ressalvadas as hipóteses previstas no §5º do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

I. Alterações unilaterais determinadas pela Administração;

II. Alteração superveniente da legislação tributária que impacte diretamente os custos do contrato.

**17.5.** Eventuais pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverão demonstrar expressamente que o evento ocorrido não está alocado à parte requerente na Matriz de Riscos.

**17.6.** A eventual revisão contratual observará estritamente os parâmetros definidos nesta cláusula e na Matriz de Riscos, sendo vedada a transferência de riscos expressamente atribuídos à parte requerente.

Araxá/MG, 12 de maio de 2026.

Eng. Responsável Técnico: **ROBSON DE SOUZA GAMA**  
CIMINAS – Consórcio Interfederativo de Minas Gerais

## **ANEXO II** **GERENCIAMENTO DE RISCO**

Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, apresenta-se a Matriz de Risco referente à contratação de empresa especializada para elaboração e execução de Projeto de Reordenamento Social Urbano, visando estabelecer a repartição objetiva de responsabilidades entre as partes contratantes, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a adequada gestão dos riscos inerentes à contratação.

### **1. OBJETIVO DA MATRIZ DE RISCO**

A presente Matriz de Risco tem por finalidade identificar os principais eventos supervenientes capazes de impactar a execução contratual, definindo previamente a responsabilidade pelas consequências decorrentes de tais eventos, bem como as medidas mitigadoras aplicáveis.

A alocação dos riscos observará os princípios da eficiência, razoabilidade, economicidade e da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

<b>RISCO IDENTIFICADO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>MEDIDAS MITIGADORAS</b>
Falhas ou insuficiência de informações técnicas fornecidas pelos municípios demandantes.	CONTRATANTE	Disponibilização prévia de documentos, levantamentos e informações necessárias à execução.
Atraso na entrega de documentos e dados pelos municípios participantes	CONTRATANTE	Estabelecimento de cronograma e pontos focais para envio das informações
Erros técnicos na elaboração dos estudos, projetos, relatórios ou diagnósticos urbanos	CONTRATADA	Revisão técnica interna e controle de qualidade dos produtos entregues
Descumprimento dos prazos contratuais pela contratada	CONTRATADA	Planejamento operacional e acompanhamento contínuo da execução
Necessidade de retrabalho decorrente de falhas técnicas da contratada	CONTRATADA	Equipe técnica qualificada e validação prévia dos documentos
Alterações legislativas ou normativas supervenientes que impactem o objeto	COMPARTILHADO	Adequação contratual mediante termo aditivo, quando cabível
Eventos de caso fortuito ou força maior	COMPARTILHADO	Aplicação das disposições legais e reprogramação contratual
Insuficiência ou indisponibilidade de equipe técnica especializada	CONTRATADA	Manutenção de equipe mínima exigida e substituição imediata dos profissionais
Impugnações, ações judiciais ou questionamentos de terceiros relacionados ao objeto	COMPARTILHADO	Observância da legislação aplicável e suporte jurídico-administrativo
Inconsistências cadastrais, fundiárias ou urbanísticas identificadas durante a execução.	CONTRATANTE	Disponibilização de dados oficiais atualizados e apoio Institucional.
Paralisação da execução por ausência de autorização ou manifestação dos municípios demandantes	CONTRATANTE	Formalização de fluxo administrativo e definição de responsáveis locais
Vazamento ou uso inadequado de dados e informações sensíveis	CONTRATADA	Observância da LGPD, sigilo contratual e controle de acesso às informações
Custos operacionais superiores aos previstos pela contratada	CONTRATADA	Formulação adequada da proposta comercial e análise prévia dos custos
Necessidade de adequações metodológicas determinadas pelo contratante	COMPARTILHADO	Definição clara do escopo e alinhamento técnico contínuo
Descontinuidade de recursos orçamentários	CONTRATANTE	Planejamento orçamentário e financeiro adequado
Problemas de logística e deslocamento para atendimento aos municípios	CONTRATADA	Planejamento operacional e regionalização das atividades
Não aprovação dos produtos técnicos pelos órgãos competentes	COMPARTILHADO	Compatibilização técnica e observância das normas urbanísticas e administrativas
Resistência social ou comunitária às ações de reordenamento urbano	COMPARTILHADO	Realização de ações participativas, reuniões e transparência institucional

## **2. DIRETRIZES GERAIS**

**2.1.** A ocorrência dos riscos previstos nesta matriz não exime as partes do dever de adotar todas as medidas necessárias à mitigação dos impactos decorrentes dos eventos supervenientes.

**2.2.** Os riscos atribuídos à contratada não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

**2.3.** Os riscos atribuídos ao contratante poderão ensejar revisão contratual, mediante comprovação do impacto efetivo sobre a execução do objeto.

**2.4.** Os eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior serão tratados conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.5.** A matriz de risco poderá ser revista durante a execução contratual, mediante justificativa técnica e formalização por termo aditivo, observada a legislação vigente.

## **3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**3.1.** A presente Matriz de Risco integra o Edital, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o futuro Contrato Administrativo, vinculando as partes quanto à responsabilidade pelos eventos aqui previstos, em conformidade com os princípios da eficiência, segurança jurídica, planejamento e gestão de riscos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.